



EXAME CFC

SIMULADO GERAL 02

COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. As contas que são obrigatoriamente encerradas no final do exercício e têm os respectivos saldos transferidos para a conta Lucros e Perdas classificam-se, pelo sistema patrimonial, como contas

- a) de resultado ou transitórias.
- b) permanentes ou patrimoniais.
- c) patrimoniais ou transitórias.
- d) representativas de bens, direitos e obrigações.
- e) de controle ou patrimoniais.

Resolução:

As contas contábeis podem, num primeiro momento, ser classificadas em dois grandes grupos: **Contas Patrimoniais (Permanentes)** e **Contas de Resultado (Transitórias)**.

As **Contas Patrimoniais** representam os bens, direitos e obrigações da companhia, que podem atravessar mais de um exercício. Podem, em regra, receber lançamentos a débito e a crédito. São utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial.

As **Contas de Resultado** demonstram valores que transitam pela companhia como receitas e despesas. Representam os aumentos e as reduções da situação líquida da sociedade, devendo ser encerradas no fim do exercício, quando da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, na qual é apurado o Lucro ou Prejuízo do exercício. Comunicam-se com as contas patrimoniais através da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, elencada no Balanço Patrimonial como componente do Patrimônio Líquido.

De acordo com as definições apresentadas, portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A.

2. O patrimônio de uma entidade, em determinado momento, é o conjunto de bens, direitos e obrigações demonstrados no balanço patrimonial. Se uma empresa apresenta situação patrimonial negativa, então é correto afirmar que

- a) a empresa não possui patrimônio.
- b) o patrimônio líquido é igual a zero.
- c) os ativos estão diminuindo.
- d) o total de obrigações supera o total de ativos.
- e) as obrigações estão aumentando.

Resolução:

Questão sobre situação patrimonial da empresa. As possíveis situações patrimoniais de uma empresa estão representadas abaixo:

A > P exigível	Saldo Líquido > 0	Situação superavitária	PL positivo
A = P exigível	Saldo Líquido = 0	Situação NULA ou EQUILIBRADA	PL inexistente
A < P exigível	Saldo Líquido < 0	Situação Deficitária	PL negativo (Passivo a descoberto)
A = PL	Saldo Líquido > 0	Constituição de sociedade	PL positivo

Dessa forma, se uma empresa apresenta situação patrimonial negativa, podemos afirmar que **o total de obrigações (passivo) supera o total de ativos**.

Gabarito: D.



3. Considerando-se a relevância da informação contábil, do ponto de vista de sua geração, assinale a alternativa correta.

- a) O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil impõe custos, sendo importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.
- b) O benefício de toda a informação é sempre maior do que seu custo. A informação útil à tomada de decisão tem valor econômico. É um ativo, objeto de gestão. Observa-se, então, que toda informação deve ser disponibilizada.
- c) Com a moderna tecnologia da informação, o custo de se gerar uma informação a mais é irrelevante, deste ponto de vista, a emissão de relatórios contábeis não gera custos e, portanto, todo relatório contábil deve ser gerado, com objetivo de atender qualquer eventual necessidade de controle.
- d) O custo de gerar uma informação está sempre presente no processo de elaboração dos relatórios financeiros. O mesmo não ocorre com os relatórios contábeis que, não têm custos associados a eles. Nesse caso, não há necessidade de se analisar o resultado gerado por ela, na forma de uma comparação de seus benefícios com o valor dos recursos sacrificados para gerá-la.
- e) A informação é algo intangível e, portanto, não tem custo. Assim, toda informação pode ser gerada, desde que possibilite algum controle.

Resolução:

A questão trata sobre os custos na geração da informação contábil. O CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, traz essa informação, quando trata as restrições de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil. Vejamos:

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

QC38. Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. [...]

Considerando-se a relevância da informação contábil, do ponto de vista de sua geração, assinale a alternativa correta.

- a)** O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil impõe custos, sendo importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. **Correto**

É exatamente o que diz a estrutura conceitual a respeito das restrições de custo na elaboração dos relatórios contábeis.

- b)** O benefício de toda a informação é sempre maior do que seu custo. A informação útil à tomada de decisão tem valor econômico. É um ativo, objeto de gestão. Observa-se, então, que toda informação deve ser disponibilizada. **Errado**

Nem sempre o custo da informação será menor que o benefício por ela gerado. Uma informação que não seja relevante para o usuário, normalmente, não vale o custo de sua divulgação.

- c)** Com a moderna tecnologia da informação, o custo de se gerar uma informação a mais é irrelevante, deste ponto de vista, a emissão de relatórios contábeis não gera custos e, portanto,

todo relatório contábil deve ser gerado, com objetivo de atender qualquer eventual necessidade de controle. **Errado**

Mesmo com o avanço da tecnologia, ainda ocorrem custos para geração da informação. Informações que não sejam relevantes, além de incorrerem em custos para serem divulgadas, incorrem em custo para o usuário, pois esse analisa e interpreta a informação fornecida.

d) O custo de gerar uma informação está sempre presente no processo de elaboração dos relatórios financeiros. O mesmo não ocorre com os relatórios contábeis que, não têm custos associados a eles. Nesse caso, não há necessidade de se analisar o resultado gerado por ela, na forma de uma comparação de seus benefícios com o valor dos recursos sacrificados para gerá-la. **Errado**

Os relatórios contábeis são as principais fontes de informações e sua geração incorre em custos para entidade que divulga a informação.

e) A informação é algo intangível e, portanto, não tem custo. Assim, toda informação pode ser gerada, desde que possibilite algum controle. **Errado**

A informação precisa ser materializada para ser passada a diante, por meio dos relatórios contábeis, e esse processo gera custos para a entidade.

Gabarito: A.

4. Em relação às contas de resultado, é CORRETO afirmar:

a) Uma despesa, quando paga à vista, representa uma redução de ativo e um aumento de passivo.

b) Uma despesa, quando realizada para pagamento futuro, representa um aumento de passivo, sem qualquer redução ou acréscimo em valores do ativo.

c) Uma receita, realizada para recebimento futuro, representa uma redução de passivo e um aumento no patrimônio líquido.

d) Uma receita, recebida à vista, provoca um aumento no ativo e uma redução no passivo.

Resolução:

A questão versa sobre o funcionamento das contas de resultado. Vejamos as alternativas.

a) Uma despesa, quando paga à vista, representa uma redução de ativo e um aumento de passivo. **Errado**

Uma despesa pode ser reconhecida e paga concomitantemente, sem a ocorrência do registro de um passivo. Imaginemos que uma empresa faça efetue o pagamento de seus funcionários no último dia do mês. Nesse caso ela irá reconhecer a despesa com pessoal ao passo que irá efetuar o pagamento, diminuindo o ativo, sem ocorrer qualquer movimentação no passivo da entidade.

b) Uma despesa, quando realizada para pagamento futuro, representa um aumento de passivo, sem qualquer redução ou acréscimo em valores do ativo. **Correto**

Exatamente. Peguemos o exemplo anterior. Tradicionalmente, as empresas efetuam o pagamento de seus funcionários posteriormente ao reconhecimento da despesa. Nesse caso, quando do lançamento, efetua-se um débito em despesa com pessoal e um crédito em pessoal a pagar, no passivo circulante.

c) Uma receita, realizada para recebimento futuro, representa uma redução de passivo e um aumento no patrimônio líquido. **Errado**

Uma receita para recebimento futuro gera um aumento de ativo pelo reconhecimento do direito a receber e aumento do patrimônio líquido pelo reconhecimento da receita realizada.

d) Uma receita, recebida à vista, provoca um aumento no ativo e uma redução no passivo. **Errado**



O recebimento da receita à vista gera um aumento do ativo pela entrada do dinheiro em caixa e aumento do patrimônio líquido pelo reconhecimento da receita.

Gabarito: B.

5. Considere a compra de um imóvel por uma empresa, no valor de R\$ 100.00,00 (cem mil reais), os quais foram pagos da seguinte forma: 0% à vista e o restante a ser pago em quatro prestações semestrais. A formula que será adotada na contabilização desse evento é a:

- a) 4^a
- b) 2^a
- c) 5^a
- d) 3^a
- e) 1^a

Resolução:

A questão pede a classificação do lançamento narrado no enunciado. Para isso, temos que conhecer as **fórmulas do lançamento**.

As **fórmulas de lançamento** são quatro:

- **Primeira Fórmula** - uma conta a débito e **uma a crédito**;
- **Segunda Fórmula** - uma conta a débito e **mais de uma a crédito**;
- **Terceira Fórmula** - **mais de uma conta a débito** e apenas **uma a crédito**;
- **Quarta Fórmula** ~ **mais de uma conta a débito e mais de uma a crédito**.

O lançamento nos foi fornecido e corresponde ao ato abaixo:

Débito – Imóvel 100.000,00;

Crédito – Contas a pagar (PC) 50.000,00

Crédito – Contas a pagar (PNC) 50.000,00

O pagamento do imóvel se dará em 4 parcelas **semestrais**, então as primeiras duas parcelas, por estarem dentro de 1 exercício social, ela será classificada como **CIRCULANTE**, as demais parcelas (duas restantes), serão classificadas no **NÃO CIRCULANTE**.

Observe, que temos **exatamente 1 conta debitada e 2 contas creditadas**. Assim, podemos afirmar que esse lançamento só pode ser de **segunda fórmula**

Gabarito: B.

6. Considere o seguinte lançamento:

D - Fornecedores R\$ 500,00

D - Despesas Financeiras R\$ 100,00

C - Banco Conta Movimento R\$ 300,00

C - Títulos a Pagar R\$ 300,00

Esse lançamento caracteriza um fato contábil

- a) modificativo aumentativo.
- b) misto aumentativo.
- c) misto diminutivo.
- d) modificativo diminutivo.

Resolução:

Questão sobre fatos contábeis. Chama-se **fato misto ou composto** o fato contábil que reúne um **fato modificativo** com um **fato permutativo**, e será **aumentativo** quando o fato

modificativo que compõe esse lançamento **aumentar** a situação líquida, e será **diminutivo** quando o fato modificativo que compõe esse lançamento **reduzir** a situação líquida

Relativamente ao lançamento proposto pela questão, ele está um pouco confuso, no entanto, podemos tirar as seguintes conclusões

- Temos lançamentos de **débito e crédito em contas patrimoniais**, o que evidencia uma **permuta entre itens patrimoniais**, sem afetação da situação líquida patrimonial.
- Tem um **débito em despesa financeira**, o que evidencia também um **fato modificativo diminutivo** da situação líquida da entidade.

Portanto, por haver conjugação das **duas modalidades de fatos contábeis**, temos elementos suficientes para caracterizar esse lançamento como **fato misto diminutivo**.

Gabarito: C.

7. A Cia Comercial obteve em um determinado período uma receita de R\$ 1.000.000,00, sendo que, desse montante, 10% foi recebido em dinheiro, 20% em cheque e o restante foi a prazo. Nesse mesmo período, os custos de mercadoria vendida foram de R\$ 700.000,00, dos quais apenas 20% pagos no período e as demais despesas do período foi de R\$ 100.000,00, todas para serem pagas no período seguinte. O resultado do período pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência é, respectivamente:

- Prejuízo de R\$ 40.000,00 – Lucro de R\$ 140.000,00.
- Lucro de R\$ 40.000,00 – Lucro de R\$ 140.000,00.
- Lucro de R\$ 140.000,00 – Prejuízo de R\$ 40.000,00.
- Lucro de R\$ 160.000,00 – Lucro de R\$ 200.000,00.
- Lucro de R\$ 200.000,00 – Lucro de R\$ 160.000,00.

Resolução:

RECEITA DE 1.000.000,00

- > Foram recebidos 100.000 em dinheiro no período
 ---> Foram recebidos 200.000 em bancos no período
 ---> Foram registrados 700.000 em clientes

CMV DE 700.000

- > Foram pagos apenas 140.000 no período.

DEMAIS DESPESAS

- > O valor de 100.000 serão pagas no período seguinte

1) REGIME DE CAIXA:

a) Receitas:

Receita recebida (em dinheiro)100.000
 Receita recebida (em bancos)200.000

b) Despesas:

Despesa pagas (atual).....140.000

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 300.000 - 140.000

Resultado = 160.000 (lucro)

2) REGIME DE COMPETÊNCIA:

a) Receitas:

Receita.....1.000.000

b) Despesas:

CMV.....700.000

Demais Despesas.....100.000

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 1.000.000 - 800.000

Resultado = 200.000 (lucro)

Gabarito: D.

8. Um determinado item do estoque pode não ser recuperado pelos motivos de danificação, obsolescência, redução do preço de venda, entre outros eventos. Nesse caso, de acordo com o NBC TG 16 - Estoques, o valor do custo do item em estoque deverá ser substituído pelo valor:

- a) justo.
- b) de recuperabilidade.
- c) de reposição.
- d) de mercado.
- e) realizável líquido.

Resolução:

Valor realizável líquido

28. O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. O custo dos estoques pode também não ser recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques (write down) para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso.

Assim, quando as mercadorias de venda da companhia encontrarem-se avariadas, antigas ou tiverem perdido drasticamente o valor de mercado, deverá ser registrada uma redução do valor do estoque, compatível com o valor realizável líquido, que é o **preço estimado de venda no curso normal das operações, menos os custos estimados para a conclusão e os custos estimados de venda, troca ou distribuição**.

Gabarito: E.

9. A indústria sujeita à incidência do IPI e do ICMS, que produz lingotes de ferro, apresentou as seguintes informações, em reais, sobre a compra de matéria-prima, num determinado mês:

Custo da matéria-prima semi-industrializada	500.000,00
IPI incidente sobre o custo dessa matéria-prima	50.000,00
Abatimentos recebidos sobre essa matéria-prima	20.000,00
ICMS incidente sobre a compra dessa matéria-prima	85.000,00

Considerando-se os aspectos técnico-conceituais para o registro das compras de matéria-prima no estoque, o seu valor, em reais, é de

- a) 345.000,00
- b) 365.000,00
- c) 395.000,00
- d) 445.000,00
- e) 465.000,00

Resolução:

Questão sobre operações de mercadoria. A questão apresenta alguns detalhes que devem ser apontados antes de resolver a questão:

1. A indústria é **contribuinte do IPI e do ICMS**, dessa forma, a indústria poderá compensar o crédito na compra com o débito gerado na venda, pagando a diferença para o Fisco.
2. o IPI é um **imposto por fora**, isto é: não integra sua própria base de cálculo. o IPI não faz parte do valor das mercadorias indicado na nota fiscal. Ele é calculado por fora
3. o ICMS é um **imposto por dentro**. Isso significa que o ICMS compõe a própria base de cálculo

Por fim, a questão pede o custo dessa matéria prima, cuja regulamentação está presente no CPC 16 - Estoques:

*CPC 16 11. O custo de aquisição dos estoques compreende o **preço de compra**, os impostos de importação e outros tributos (**exceto os recuperáveis perante o fisco**), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, **abatimentos** e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição*

Superada essa fase conceitual, vamos aos cálculos:

1. **IPI**: é um imposto **fora**, logo **não está no custo do estoque**, então não faremos nada em relação a ele.
2. **ICMS**: é um imposto **por dentro**, ele compõe a própria base de cálculo, então ele é uma **dedução**
3. **Abatimento**: CPC 16 expressamente fala que se trata de um item a ser **deduzido** do estoque.

Preço de aquisição das MP	500.000
(-) ICMS sobre compra	(85.000)
(-) abatimento sobre compra	(20.000)
(=) Custo da MP	395.000

Gabarito: C.
10. Com base nas informações fornecidas pela contabilidade a seguir, responda à questão.

Rubrica contábil	Reais
Vendas Brutas de Mercadorias	130.000,00
Devolução de vendas de 2,5%	3.250,00
Comissão de vendas – 5% sobre vendas brutas	6.500,00
Estoque inicial de Mercadorias	80.000,00
Compras líquidas	65.000,00
Estoque final de mercadorias	65.000,00
Despesas Administrativas	15.000,00
Impostos sobre Vendas – 25%	32.500,00

O resultado operacional líquido, em Reais, é:

- a) Lucro de 5.350,00.
- b) Lucro de 7.250,00.
- c) Prejuízo de 5.250,00.
- d) Prejuízo de 7.250,00.
- e) Ponto de equilíbrio de 1.250,00.

Resolução:

Questão dá uma série de contas e pede que calculemos o lucro bruto, vamos por passos:

1) Calcular o CMV

A questão não fornece o valor do CMV, contudo, dá subsídios para calcular essa despesa. Basicamente é a aplicação da equação "**CMV = Estoque inicial + Compras - Estoque final**". Vejamos:

$$CMV = Ei + Compras - EF$$

$$CMV = 80.000 + 65.000 - 65.000$$

$$\boxed{\mathbf{CMV = 80.000}}$$

2) Elaborar a DRE:

Já que agora estamos com todos os dados, vamos elaborar a DRE:

Vendas Brutas	130.000
(-) Devolução de vendas	(3.250)
(-) Impostos sobre Vendas	(32.500)
(=) Receita líquida de vendas	94.250
(-) CMV	(80.000)
(=) Lucro Bruto	14.250
(-) Despesas Administrativas	(15.000)
(-) Comissão de vendas	(6.500)
(=) Resultado operacional líquido	(7.250)

Portanto, o resultado operacional líquido, em Reais, é um Prejuízo de 7.250,00

Gabarito: D.
11. Observe as colunas A e B. Enumere a coluna B, de modo que haja a relação correta entre: o Grupo de Contas do Balanço Patrimonial e o Nome das Contas Contábeis

A Grupo de Contas do Balanço Patrimonial	B Nome das contas contábeis
(1) Patrimônio Líquido	() Obras de Arte
(2) Imobilizado	() Despesa do Exercício Seguinte
(3) Investimentos	() Máquina de corte
(4) Intangível	() ICMS a recolher
(5) Passivo	() Marcas e Patentes
(6) Ativo Circulante	() Reservas de Lucro

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da correspondência

- a) 2, 6, 3, 5, 4 e 1
- b) 3, 6, 2, 5, 4 e 1
- c) 4, 6, 2, 5, 3 e 1
- d) 3, 6, 1, 5, 4 e 2

Resolução:

Grupo de Contas do Balanço Patrimonial	Nome das contas contábeis
(1) Patrimônio Líquido	(3) Obras de Arte
(2) Imobilizado	(6) Despesa do Exercício Seguinte
(3) Investimentos	(2) Máquina de corte
(4) Intangível	(5) ICMS a recolher
(5) Passivo	(4) Marcas e Patentes
(6) Ativo Circulante	(1) Reservas de Lucro

Gabarito: B.

12. Considerando as normas aplicáveis à contabilidade das empresas e os saldos constantes na tabela abaixo, o montante do Ativo Circulante é de:

Grupos de Contas	Saldos (R\$)
Disponibilidades	2.000,00
Realizável a Longo Prazo	3.000,00
Créditos de Curto Prazo	8.000,00
Investimentos	9.000,00
Intangível	11.000,00
Estoque de Mercadorias	12.000,00

- a) R\$ 2.000,00.
- b) R\$ 10.000,00.
- c) R\$ 11.000,00.
- d) R\$ 13.000,00.
- e) R\$ 22.000,00.

Resolução:

De acordo com a Lei 6.404/76:

*Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:
I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;*

Assim, o **Ativo Circulante (AC)** é composto pelas **disponibilidades, créditos de curtos prazo**, que são aplicações a serem liquidadas até o final do exercício seguinte, e **estocados**, bens destinados à venda.

As outras contas são do Ativo Não Circulante (ANC), composto pelo ativo realizável a longo prazo, imobilizado, investimentos e intangível.

Grupos de Contas	Saldos (R\$)	
Disponibilidades	2.000,00	AC
Realizável a Longo Prazo	3.000,00	ANC
Créditos de Curto Prazo	8.000,00	AC
Investimentos	9.000,00	ANC
Intangível	11.000,00	ANC
Estoque de Mercadorias	12.000,00	AC

$$AC = 2.000 + 8.000 + 12.000 = 22.000$$

Gabarito: E.

13. A Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas e posteriores alterações, normatiza que, quando há diminuição de valores de elementos dos ativos imobilizado e

intangível, essa perda será periodicamente registrada, dentre outras, nas contas de amortização.

Uma amortização é a(o)

- a) transformação de relativa parcela do capital de aquisição de um ativo imobilizado destinado ao uso em serviço em despesa.
- b) redução de valor de elemento do ativo não circulante intangível reconhecida de forma periódica.
- c) parcela de perda de um ativo intangível sem vida útil definida, reconhecida de forma periódica.
- d) parcela correspondente à perda de valor do capital a ser deduzida de um ativo/passivo monetário sem substância física.
- e) reconhecimento de uma despesa relacionada à liquidação de uma parcela de uma operação de financiamento adquirido.

Resolução:

A Lei 6.404/1976 dispõe, no § 2º, alínea "b", do Art. 183, que **a amortização corresponde à perda ou redução, reconhecida de forma periódica, do valor do capital aplicado na aquisição de direitos relativos ao ativo não circulante intangível (direitos de propriedade industrial ou comercial, além de outros com duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado).**

"§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

- a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;
- c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração".

Gabarito: B.

14. Sabendo-se que um Equipamento maquinário foi adquirido pela entidade por R\$ 1.000.000,00 e encontra-se com uma depreciação acumulada de R\$ 450.000,00, caso a entidade decida vendê-lo, o seu valor de mercado é de R\$ 500.000,00. Mas para que a venda seja concretizada, a entidade terá despesas com a contratação de mão de obra especializada para desmontagem no valor de R\$ 50.000,00, além de despesas com fretes de R\$ 20.000,00. O valor líquido de venda do Equipamento maquinário e o valor da perda estimada de recuperabilidade serão de:

- a) R\$ 550.000,00 e 100.000,00.
- b) R\$ 500.000,00 e 110.000,00.
- c) R\$ 430.000,00 e 120.000,00.
- d) R\$ 450.000,00 e 120.000,00.

Resolução:

1) Valor Contábil (ANTES do teste de recuperabilidade)

Valor de Aquisição.....	1.000.000
(-) Depreciação Acumulada (DA).....	(450.000)
= Valor Contábil.....	550.00

2) Achar o Valor Recuperável (VR)



Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade!
De acordo com o CPC 01, o valor recuperável é:

6. Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **maior montante** entre o seu **valor justo líquido de despesa de venda** e o seu **valor em uso**.

Valor em Uso = 0

Valor Justo Líquido das Despesas de Venda = **430.000** ($500.000 - 50.000 - 20.000$). Esse é o valor recuperável.

3) Ocorre uma Perda ou Não?

Para verificar se o bem está desvalorizado, o CPC 01 diz que:

8. O **ativo está desvalorizado** quando seu **valor contábil excede** seu **valor recuperável**.
(...)

Então, infere-se que se o:

$VC > VR$ = Perda por Desvalorização

$VC < VR$ = Não faz nenhum registro

Portanto, identifica-se uma **perda por desvalorização** no valor de **120.000** (o **valor contábil de 550.000** está **maior** que o **valor recuperável de 430.000**).

→ **Conclusão: Perda por Desvalorização.....120.000**

BALANÇO PATRIMONIAL

Valor de Aquisição.....	1.000.000
(-) Deprec. Acum.	(450.000)
(-) Perda por Desvalorização.....	(120.000)
= Valor Contábil	430.000

Gabarito: C.

15. Em 02/01/2017, uma entidade foi açãoada na justiça por um antigo funcionário, que cobrava R\$ 20.000 por danos morais. A entidade considerou como provável a perda da causa e reconheceu os R\$ 20.000 em seu passivo, com base no valor presente da obrigação.

Em 31/12/2017, a entidade ajustou a provisão a valor presente, utilizando a taxa de 10%.

Assinale a opção que indica o correto reconhecimento do ajuste a valor presente da provisão.

- a) D - despesa operacional C – provisão 2.000
- b) D - despesa financeira C – provisão 2.000
- c) D - outras despesas operacionais C - provisão 2.000
- d) D - provisão C - ajuste de avaliação patrimonial 2.000
- e) D - provisão C - ajuste a valor presente 2.000

Resolução:

Poderíamos encontrar nossa resposta apenas com base no conhecimento do CPC 25, que diz, no item 60:

*Quando for utilizado o **desconto a valor presente**, o **valor contábil da provisão aumenta** a cada período para refletir a passagem do tempo. Esse **aumento deve ser reconhecido como despesa financeira**. (grifei)*

No momento em que a entidade reconheceu a provisão, em 02/01/2017, registramos:



- D - Provisão (Despesa) R\$ 20.000
 C - Provisão (Passivo) R\$ 20.000

Quando do reconhecimento do ajuste, em 31/12/2017, registramos:

- D - Despesa Operacional - R\$ 2.000
 C - Provisão (Passivo) - R\$ 2.000

Esse registro causa um **aumento no passivo**, refletindo o resultado da passagem do tempo.

Gabarito: B.

16. A empresa Ghutz S/A disponibilizou as seguintes informações referentes ao exercício de 2017:

Lucro Bruto	R\$ 200.000,00
Lucro Operacional	R\$ 80.000,00
Outras receitas não operacionais	R\$ 15.000,00
Outras despesas operacionais	R\$ 4.320,00
Participações de debenturistas	R\$ 23.430,00

Sendo a empresa tributada com base no lucro real à alíquota de 30% referente a imposto de renda e contribuição social, seu passivo será aumentado em:

- a) R\$ 56.175,00
 b) R\$ 15.675,00
 c) R\$ 20.175,00
 d) R\$ 52.971,00
 e) R\$ 27.204,00

Resolução:

Primeiramente vejamos a estrutura da DRE nos termos da Lei 6.404/76:

Receita Bruta
(-) Deduções das Vendas
(=) Receita Líquida
(-) CMV
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas
Vendas
Gerais e administrativas
Outras despesas operacionais
Financeiras, deduzidas as receitas
(=) Lucro ou prejuízo operacional
Outras receitas e outras despesas
(=) Resultado antes IR
(-) Provisão IR
(-) Participações
Debêntures
Empregados
Administradores
Partes Beneficiárias
Fundos de pensão
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício
(=) Lucro ou prejuízo por ação

Será com base nela a resolução dessa questão:

Lucro Operacional	R\$ 80.000,00
(+) Outras receitas não operacionais	R\$ 15.000,00
(-) Outras despesas operacionais	(R\$ 4.320,00)
(=) Resultado antes do IR/CSLL	R\$ 90.680,00
(-) IR/CSLL (30%)	(R\$ 27.204,00)

Dessa forma, podemos afirmar que o passivo da empresa Ghutz S/A será aumentado, em razão do imposto de renda e contribuição social, na ordem de **R\$ 27.204,00**

OBS: cabe mencionar que a nomenclatura utilizada na questão não está de acordo com as normas contábeis internacionais, a expressão "*não operacional*" está em desuso em razão da convergência.

Gabarito: E.

17. A demonstração que visa evidenciar todas as mutações sofridas pela conta de lucros (ou prejuízos) acumulados ao longo de um período de apuração contábil, partindo de seu saldo no início do exercício social e concluindo com a posição da conta por ocasião do balanço de encerramento do exercício, refere-se ao(à):

- a) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
- b) Demonstração de fluxo de caixa.
- c) Balanço patrimonial.
- d) Balanço orçamentário.
- e) Demonstração do valor adicionado.

Resolução:

A **demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)** é um **demonstrativo obrigatório** (de acordo com Lei. 6.404/76) que apresenta as variações ocorridas (lançamentos credores e devedores) APENAS na conta **Lucros ou Prejuízos Acumulados**, além de evidenciar a **distribuição do lucro líquido**.

Gabarito: A.

18. Sobre as Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido, é correto afirmar que ela pode evidenciar

- a) as entradas e saídas de caixa referentes às atividades operacionais.
- b) a conciliação bancária da entidade.
- c) as transações com os credores por dívida.
- d) as mutações internas ocorridas dentro das reservas de lucros.
- e) a movimentação ocorrida nas contas de receitas e despesas.

Resolução:

A Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL é uma demonstração que evidencia todas as modificações ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido. Evidencia a formação de reservas, lucro ou prejuízo acumulado, integralização de capital, entre outras operações que causam uma mutação em alguma conta do PL.

Assim, vamos analisar as alternativas.

a) as entradas e saídas de caixa referentes às atividades operacionais.

ERRADO. Entradas e saídas de caixa referentes às atividades operacionais **não são evidenciadas na DMPL**, pois não afetam as contas do PL.



b) a conciliação bancária da entidade.

ERRADO. A conciliação bancária compara o saldo das contas bancárias com informações do controle financeiro, e não afeta as contas do PL. São demonstradas na DMPL apenas as **conciliações que afetem o resultado líquido, outros resultados abrangentes e as transações com os proprietários** realizadas na **condição de proprietário**.

c) as transações com os credores por dívida.

ERRADO. Transações com credores envolvem as contas do ativo e passivo, não sendo evidenciadas na DMPL.

d) as mutações internas ocorridas dentro das reservas de lucros.

CERTO. Este é nosso gabarito. As mutações ocorridas dentro das **reservas de lucros** são evidenciadas na DMPL.

e) a movimentação ocorrida nas contas de receitas e despesas.

ERRADO. O lucro ou prejuízo apurado afeta o PL e será evidenciado na DMPL, porém a movimentação ocorrida nas contas de receitas e despesas, antes da apuração do resultado não é evidenciado nessa demonstração. O CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis determina que as informações que devem ser incluídas na DMPL são:

- Resultado abrangente do período
- Efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva para cada componente do PL
- A conciliação do saldo no início e no final do período para cada componente do PL

Assim, nosso gabarito é mesmo a letra D - as mutações internas ocorridas dentro das reservas de lucros.

Gabarito: D.
19. Ao final de um exercício, uma companhia apresentou os seguintes dados resumidos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto:

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R\$ 385.570,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-R\$ 106.350,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	-R\$ 299.700,00

Se a companhia iniciou o exercício com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 353.100,00, é correto afirmar que

- a variação no caixa foi de R\$ 32.470,00.
- o caixa líquido ao final do exercício foi de R\$ 332.620,00.
- o caixa total consumido nas atividades foi de R\$ 406.050,00.
- houve incremento nas disponibilidades financeiras ao final do exercício.
- as atividades de investimento e de financiamento não afetaram as disponibilidades financeiras.

Resolução:

De acordo com os dados da questão, segue a **estrutura**:

Saldo do Caixa INICIAL.....353.100,00

1) Fluxo da Atividade Operacional (FAO).....385.570,00

2) Fluxo da Atividade de Investimento (FAI).....(106.350,00)

3) Fluxo da Atividade de Financiamento (FAF).....(299.700,00)

= **Saldo do Caixa FINAL.....332.620,00**

LETRA "A" - INCORRETA

A variação no caixa foi **negativa (consumido) de 20.480,00**

Pode ser observada na variação nos fluxos de caixa ($385.570,00 - 106.350,00 - 299.700,00$) ou na diferença entre o saldo inicial e o saldo final ($353.100,00 - 332.620,00$).

LETRA "B" - CORRETA

Saldo de Caixa Final = Saldo de Caixa Inicial + (FAO + FAI + FAF)

Saldo de Caixa (Final) = $353.100,00 + (385.570,00 - 106.350,00 - 299.700,00)$

Saldo de Caixa (Final) = $353.100,00 + (- 20.480,00)$

Saldo de Caixa (Final) = 332.620,00

LETRA "C" - INCORRETA

A variação no caixa foi **negativa (consumido) de 20.480,00**

LETRA "D" - INCORRETA

Apresentou um **caixa consumido** (O saldo final diminuiu em comparação ao saldo inicial, em virtude das variações nos fluxos de atividades).

LETRA "E" - INCORRETA

Esses fluxos apresentaram um **caixa consumido (entradas de caixa < saídas de caixa)**. Logo, **afetaram** as disponibilidades.

Gabarito: B.

20. As comissões bancárias são classificadas na Demonstração do Valor Adicionado - DVA como:

- Receita bruta.
- Redutor da receita bruta.
- Remunerações de capitais de terceiros.
- Valor adicionado recebido em transferência.

Resolução:

A questão trata da classificação dos dividendos recebidos na Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Primeiramente, a DVA tem como função proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações sobre a riqueza produzida pela entidade em determinado período de tempo e de que maneira essa riqueza é distribuída. Dentre as formas de geração de riqueza de uma entidade, temos:

Receitas;

Insumos adquiridos de terceiros;

Valor Adicionado Recebido em Transferência.

De acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as comissões bancárias são classificadas no grupo Remuneração de Capital de Terceiros, que abrange juros pagos, aluguéis, royalties e outros. Vejamos o que diz o CPC 09 a esse respeito:

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- Juros** - inclui as **despesas financeiras**, inclusive as variações cambiais passivas, **relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos** junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

- Aluguéis** - inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

- Outras - inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc. As comissões bancárias fazem parte dos encargos financeiros (despesas financeiras) que uma entidade incorre ao contratar empréstimos e/ou financiamentos juntos a credores externos à entidade. Dito isso, nosso gabarito é a letra C. Vejamos as alternativas propostas pela banca:

As comissões bancárias são classificadas na Demonstração do Valor Adicionado - DVA como:

- a) Receita bruta.

Alternativa errada. A receita bruta refere-se ao valor total das receitas da entidade.

- b) Redutor da receita bruta.

Alternativa errada. A receita bruta refere-se ao valor total das receitas da entidade, incluindo o valor relativos aos impostos. Desse valor é que iremos subtrair os insumos adquiridos de terceiros para encontrarmos o valor adicionado bruto.

- c) Remunerações de capitais de terceiros.

Alternativa correta.

- d) Valor adicionado recebido em transferência.

Alternativa errada. Valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como por exemplo receitas financeiras, de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, royalties, etc.

Gabarito: C.

21. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.6, as notas explicativas incluem, dentre outras informações, os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas diversas e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As informações contidas nas notas explicativas são de natureza

- a) legal, social, patrimonial e especial.
- b) econômica, financeira, física e regimental.
- c) patrimonial, legal, física e social.
- d) financeira, legal, regimental e econômica.

Resolução:

Questão requer conhecimento da NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis:

"Notas explicativas

39. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

40. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

41. As **notas explicativas** incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as **informações de Naturezas PATRIMONIAL, ORÇAMENTÁRIA, ECONÔMICA, FINANCEIRA, LEGAL, FÍSICA, SOCIAL** e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações."

Analisando as alternativas:

- a) legal, social, patrimonial e especial.
- b) econômica, financeira, física e regimental.
- c) patrimonial, legal, física e social.**
- d) financeira, legal, regimental e econômica.

Gabarito: C.

22. Em 31/12/2014, uma empresa que tinha o real como moeda funcional, enviou R\$ 200.000 para construir uma subsidiária integral e independente nos Estados Unidos. Na data, a cotação do dólar era de R\$ 2,66.

Em 31/12/2015, a cotação do dólar era de R\$3,90.

Assinale a opção que indica a correta evidenciação do efeito da variação da moeda nas demonstrações contábeis da empresa controladora, em 31/12/2015.

- a) Ajuste no Patrimônio Líquido
- b) Despesa financeira.
- c) Despesa a apropriar.
- d) Variação monetária ativa.
- e) Resultado de Exercícios Futuros.

Resolução:

Dados:

1. Enviou R\$ 200.000,00 para construir uma subsidiária nos EUA;
2. Cotação da época R\$ 2,66;
3. Cotação em 2015 = \$ 3,90;

Qual a variação da moeda nas demonstrações da empresa em 2015?

As Variações Cambiais serão registradas em conta específica no patrimônio líquido (**Ajustes Acumulado de Conversão**).

39. Os resultados e a posição financeira da entidade, cuja moeda funcional não é moeda de economia hiper inflacionária, devem ser convertidos para moeda de apresentação diferente, adotando-se os seguintes procedimentos:

- (a) **ativos e passivos** para cada balanço patrimonial apresentado (incluindo os balanços comparativos) devem ser convertidos, utilizando-se a **taxa de câmbio de fechamento** na data do respectivo balanço;
- (b) **receitas e despesas** para cada demonstração do resultado abrangente ou demonstração do resultado apresentada (incluindo as demonstrações comparativas) devem ser convertidas pelas **taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações**; e
- (c) **todas as variações cambiais** resultantes devem ser reconhecidas em **outros resultados abrangentes**.

A situação da questão apresentada é um aumento do dólar. Nesse caso, temos uma variação no investimento, visto que o dólar inicial na construção da subsidiária era de R\$ 2,66 e foi para R\$ 3,90. Portanto, devemos registrar tal variação em conta do PL, como ajuste.

Gabarito: A.

23. As operações de incorporação, fusão e cisão, as quais são tratadas pela Lei nº 6.404/76 e atualizações posteriores, somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se

- a) o balanço anterior à operação de incorporação, fusão e cisão tiver sido auditado por um auditor independente.
- b) o auditor independente indicar que as reservas de lucro ou de capital da empresa em operação são, ao menos, 20% do capital realizado.
- c) e somente se os três contadores emitirem laudo de avaliação sobre o capital social da empresa a ser incorporada, fundida ou cindida, com até 60 dias da data da operação.



- d) os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.
e) a empresa incorporada, fundida ou cindida puder comprovar, mediante laudo de peritos contábeis, os valores justos de seus ativos e passivos objeto da operação.

Resolução:

De acordo com a lei das S/A, lei nº 6.404/76, temos:

Art. 226. As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

§ 1º As ações ou quotas do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da companhia incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas, ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.

§ 2º O disposto no § 1º aplicar-se-á aos casos de fusão, quando uma das sociedades fundidas for proprietária de ações ou quotas de outra, e de cisão com incorporação, quando a companhia que incorporar parcela do patrimônio da cindida for proprietária de ações ou quotas do capital desta.

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta.

O capital a realizar se refere a parcela que o sócio prometeu integralizar mediante contrato social e que embora subscrito ainda não foi efetivado.

Gabarito: D.

24. Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento.

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para

- a) a pendência ou não da implementação de condições.
- b) o equilíbrio entre o custo e o benefício, ao invés de uma característica qualitativa.
- c) o desempenho e as mutações na posição financeira ao longo do tempo.
- d) a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

Resolução:

Realmente, os conceitos 'puros' de Ativo e Passivo não especificam os critérios que precisam ser observados para que possam ser reconhecidos no Balanço, quem diz isto é o próprio CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e complementa:

4.6. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal. Assim, por exemplo, no caso do arrendamento mercantil financeiro, a essência subjacente e a realidade econômica são a de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, em contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro. Dessa forma, o arrendamento mercantil financeiro dá origem a itens que satisfazem à definição de ativo e de passivo e, portanto, devem ser reconhecidos como tais no balanço patrimonial do arrendatário.

Gabarito: D.

25. No lançamento contábil de uma empresa que adota o sistema de inventário permanente, o custo das mercadorias vendidas terá como contrapartida, a conta

- a) receitas de vendas.
- b) vendas de mercadorias.
- c) estoques de mercadorias.
- d) de resultado do exercício.

Resolução:

A questão trata de Lançamentos Contábeis. Vamos supor o seguinte cenário: a empresa vendeu por R\$ 1.500,00, à vista, uma mercadoria que havia custado R\$ 1.000,00. Dessa forma, teremos os seguintes lançamentos:

D – Caixa	R\$ 1.500,00
C – Receita com Vendas	R\$ 1.500,00

D – Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 1.000,00
C – Estoques	R\$ 1.000,00

Assim, o lançamento que completa a partida dobrada em consequência do registro do Custo das Mercadorias Vendidas, no ato da venda, **será um lançamento à crédito na conta Estoques**. Isso ocorre devido ao valor correspondente do custo da mercadoria ser o mesmo que o valor registrado por esta quando na entrada no Estoque. A conta **CMV** é uma conta de **Despesa**, componente do **Resultado**, recebendo **lançamentos à débito**; já a conta **Estoques** é uma conta **Patrimonial** do Ativo, podendo receber **lançamentos à débito e à crédito**.

Gabarito: C.

26. Analise as assertivas abaixo referentes às Terminologias em Custos e assinale a alternativa CORRETA:

I. Desembolso é o pagamento referente a aquisição do bem ou serviço. Pode ocorrer antes durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto, defasada ou não no momento do gasto. É, portanto, a saída financeira da empresa.

II. Perdas são insumos consumidos de forma anormal, ou seja, de forma involuntária. Não é classificado como despesa pois não é um sacrifício realizado para obtenção de receita.

III. Umas das necessidades de contabilização dos custos e despesas de forma diferenciada é que as despesas alocadas aos produtos devem ficar ativados até que os produtos sejam vendidos, já os custos devem ser lançados no período que ocorrem, independente do pagamento, para que façam parte da apuração do resultado do exercício.

IV. Despesas não são incluídas como custos dos produtos, mas, sim como recursos consumidos fora do processo de produção ou da prestação de serviços para a obtenção de receita.

- a) Apenas a III é incorreta.
- b) Apenas I, II e III são corretas.
- c) I, II, III, IV são incorretas.
- d) I, II, III, IV são corretas.
- e) Apenas II e IV são corretas.

Resolução:

Um dos assuntos mais cobrados questões de Contabilidade de Custos é a terminologia em custos. É importante saber diferenciar **gasto, desembolso, perda, despesas, investimento e custo**:

- **Gasto:** são as compras de todos os serviços e bens, com entrega ou promessa de entrega de ativos.
- **Desembolso:** é o efetivo pagamento pela aquisição de um bem ou serviço.
- **Despesa:** é todo sacrifício feito para a obtenção de receitas, ou seja, todos os bens e serviços consumidos na geração de receitas.
- **Perda:** é um **consumo anormal e involuntário** de recursos, que não é **despesa** porque o consumo não foi feito para a geração de receitas. As perdas são decorrentes de acidentes e materiais deteriorados de forma anormal, por exemplo.
- **Investimento:** é um gasto que vai para o ativo para ser consumido ou vendido.
- **Custos:** são os gastos relacionados a bens e serviços utilizados na produção de outros bens e serviços.

Vamos analisar as assertivas:

I. Desembolso é o pagamento referente a aquisição do bem ou serviço. Pode ocorrer antes durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto, defasada ou não no momento do gasto. É, portanto, a saída financeira da empresa.

CORRETA. O desembolso é o efetivo pagamento referente a aquisição de bem ou serviço. Assim, pode ocorrer **antes (adiantamento), durante (pagamento à vista) ou depois (pagamento a prazo)** da entrada da utilidade comprada.

II. Perdas são insumos consumidos de forma anormal, ou seja, de forma involuntária. Não é classificado como despesa pois não é um sacrifício realizado para obtenção de receita.

CORRETA. Conforme comentamos acima, as perdas são os insumos consumidos de forma anormal e involuntária, não sendo considerado uma despesa por não ser um sacrifício feito para obtenção de receitas.

III. Umas das necessidades de contabilização dos custos e despesas de forma diferenciada é que as despesas alocadas aos produtos devem ficar ativados até que os produtos sejam vendidos, já os custos devem ser lançados no período que ocorrem, independente do pagamento, para que façam parte da apuração do resultado do exercício.

INCORRETA. Aqui, a banca inverteu os conceitos. **Custos** alocados aos produtos ficam ativados até que os produtos sejam vendidos, enquanto as **despesas** são lançadas no período em que ocorrem, independentemente de ter havido efetivo pagamento, em respeito ao regime de competência.

IV. Despesas não são incluídas como custos dos produtos, mas, sim como recursos consumidos fora do processo de produção ou da prestação de serviços para a obtenção de receita.

CORRETA. As **despesas** não são incluídas como custos porque não são gastos realizados no processo de produção ou da prestação de serviços. São sacrifícios feitos para obter receita, como despesas com vendas, marketing e administrativas, mas não são apropriados aos produtos por não terem relação com a sua produção.

Gabarito: A.

27. Analise as informações na seguinte tabela de gastos, disponibilizadas por uma fábrica em determinado período.

Gastos	R\$
Mão de obra direta da fábrica	20.000,00
Energia elétrica da administração	5.000,00

Embalagens consumidas	2.500,00
Material de expediente da administração	3.000,00
Despesas administrativas	2.500,00
Aluguel da fábrica	5.000,00

Conforme informações da contabilidade de custos, a fábrica produz um único produto.

Nesse sentido, é correto afirmar que os custos totalizam

- a) R\$ 32.500,00.
- b) R\$ 27.500,00.
- c) R\$ 38.000,00.
- d) R\$ 33.000,00.
- e) R\$ 36.500,00.

Resolução:

Para acertarmos, bastaria sabermos diferenciar custos e despesas. Os custos são aqueles gastos incorridos para obtenção do produto, sem os quais sua obtenção seria prejudicada.

Na tabela do enunciado, mão de obra direta, embalagens consumidas a aluguel da fábrica são custos de produção. Já a energia elétrica e o material de expediente da administração e as despesas administrativas são meramente despesas e não são computadas como custos.

Então, somando os custos, temos:

$$CT = 20.000 + 2.500 + 5.000$$

$$CT = 27.500$$

Gabarito: B.

28. A Cia. Construções produz os produtos A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar a produção ocorrida no mês de janeiro de 2019, a Cia. obteve as informações abaixo.

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão De obra direta
A	\$ 80/unidade	\$ 100/unidade	1.000	\$ 300/unidade	1,2h/unidade
B	\$ 90/unidade	\$ 100/unidade	2.000	\$ 250/unidade	1,5h/unidade
C	\$ 100/unidade	\$ 70/unidade	1.000	\$ 350/unidade	1,3h/unidade

Sabe-se que a Cia. Construções utiliza o custeio por absorção, que os custos indiretos totais incorridos no mês de janeiro de 2019 foram R\$ 165.000,00, os quais são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada. Com base nestas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção do mês de janeiro de 2019 foi

- a) 180,00 para o produto A.
- b) 190,00 para o produto B.
- c) 203,00 para o produto C.
- d) 216,00 para o produto A.
- e) 200,00 para o produto C.

Resolução:

A questão solicita o **custo unitário** de cada produto, no entanto, temos apenas o custo indireto total de 165.000, não rateado.

Primeiro passo é ratear os custos indiretos, com base, segundo a questão, na **quantidade de horas da MOD**.

Sendo assim:

$$165.000/1.200 \text{ horas} + 3.000 \text{ horas} + 1.300 \text{ horas} = 30,00$$

Logo, temos como **custo indireto unitário**

$$\text{Prod. A: } (\text{R\$ } 30 \times 1.200 \text{ horas}) = \text{R\$ } 36.000 / 1.000 \text{ unidades} = \textbf{R\$ 36,00}$$

$$\text{Prod. B: } (\text{R\$ } 30 \times 3.000 \text{ horas}) = \text{R\$ } 90.000 / 2.000 \text{ unidades} = \textbf{R\$ 45,00}$$

$$\text{Prod. C: } (\text{R\$ } 30 \times 1.300 \text{ horas}) = \text{R\$ } 39.000 / 1.000 \text{ unidades} = \textbf{R\$ 39,00}$$

Com os valores acima, podemos calcular, agora, o custo total unitário:

	Produto A	Produto B	Produto C
<i>Gastos com MP</i>	80	90	100
<i>Gastos com MOD</i>	100	100	70
<i>Custo unitário indireto</i>	36	45	39
(=) Custo unitário TOTAL	216	235	209

Comparando os resultados acima com as alternativas arroladas pela questão, podemos afirmar que **APENAS** a **alternativa "D"** encontra amparo na resolução.

Gabarito: D.

29. Sobre o custeio baseado em atividades (activity-based costing – ABC), é INCORRETO afirmar que:

- a) A gestão baseada em atividades (activity-based management – ABM) utiliza o custeio baseado em atividades.
- b) Considera que o custo com mão de obra direta e todos os custos indiretos são fixos.
- c) O grande desafio do ABC é a escolha dos direcionadores de custos.
- d) Seus conceitos se aplicam também a empresas não industriais.

Resolução:

Vamos analisar as alternativas para encontrar a afirmação **incorreta** a respeito do **custeio baseado em atividades**, conforme a banca pede:

a) A gestão baseada em atividades (activity-based management – ABM) utiliza o custeio baseado em atividades.

CORRETA. De fato, a gestão baseada em atividades utiliza o custeio baseado em atividades. Uma das formas de obtenção de vantagem competitiva das empresas que adotam a gestão baseada em atividades é por meio da **mensuração do custo das atividades**.

b) Considera que o custo com mão de obra direta e todos os custos indiretos são fixos.

ERRADA. A diferença entre o custeio baseado em atividades e o custeio por absorção está nas formas de apropriação dos **custos indiretos**, mas não há diferença com relação ao que é considerado custo fixo ou variável. O método de custeio baseado em atividades não considera como fixos os custos indiretos ou o custo com mão de obra direta.

c) O grande desafio do ABC é a escolha dos direcionadores de custos.

CORRETA. Como os direcionadores de custos determinam o custo de uma atividade, e quanto um produto consome de uma atividade específica, é essencial que a escolha desses direcionadores seja adequada. O **direcionador de custos de recursos** identifica quanto as atividades consomem de recursos, e o **direcionador de custos de atividades** identifica quanto uma atividade é consumida na produção de um produto.

d) Seus conceitos se aplicam também a empresas não industriais.

CORRETA. O custeio baseado em atividades pode ser aplicado a qualquer tipo de empresa, podendo custear atividades de produção ou de prestação de serviços.

Gabarito: B.**30. Texto 2A6-II**

informação	valor
lançamento do ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural) do exercício	2.100
pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária	3.500
alienação de imóveis usados	4.200
royalties recebidos	2.100
depósitos de garantia de execução contratual recebidos	1.800
depreciação de bens	900
pagamento de folha de servidores do exercício	7.200
amortização de empréstimos	5.500
emissão de títulos do Tesouro	3.400
fundo de participação dos estados (FPE)	1.300
fundo de participação dos municípios (FPM)	1.500
recebimento de juros de empréstimos	800
aquisição de computadores novos	1.000
recebimento do imposto de renda	4.300
arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE-combustíveis)	3.400
pagamento da dívida externa do exercício	1.600
pagamento de fornecedores de mobiliário	900
integralização de capital social de empresa pública	2.000
recebimento de aluguéis de imóveis	2.500
convênio com prefeituras para a construção de escolas municipais	800
pagamento de juros da dívida interna do exercício	800

A tabela a seguir mostra a movimentação hipotética da União, em R\$ milhões, no exercício de 20X9; o mobiliário pago no exercício foi adquirido e entregue em 20X8. Foi liquidado o equivalente a 80% da despesa empenhada e pagos 50% da despesa de capital.

Tendo como referência o texto 2A6-II, de acordo com as normas vigentes, o montante de receita extraorçamentária, em milhões de reais, foi de

- a) 1.800.
- b) 3.900.
- c) 9.000.
- d) 11.800.
- e) 17.900.

Resolução:

Primeiro, vejamos a diferença entre os conceitos de Despesa de Capital e Despesa Corrente, conforme MCASP 8ª Edição:

3 – *Despesas Correntes* Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

4 – *Despesas de Capital* Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital

Vejamos o seguinte:

- A banca considerou emissão de títulos do Tesouro como uma despesa de capital, mas é uma Receita de capital, pois se trata de uma operação de crédito contratada, conforme podemos ver no Ementário da Natureza da Receita:

Operação de crédito 2.1.2.1.00.2.0



Agrega os **recursos provenientes da colocação**, no mercado externo, **de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional**, conforme autorizado na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com as características definidas no Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, destinados ao refinanciamento da dívida pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, define o refinanciamento da dívida mobiliária, como sendo a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

- A integralização de capital social de empresa pública - é uma Receita de Capital, conforme disposto no Ementário da Natureza da Receita

Outras Receitas de Capital

Agrega as receitas provenientes de integralização de capital social, resultado positivo do Banco Central do Brasil, as remunerações do Tesouro Nacional, os saldos de exercícios anteriores e outras receitas semelhantes.

informação	valor	
lançamento do ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural) do exercício	2.100	VPA - Receita Tributária
pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária	3.500	Ingresso e Dispêndio extraorçamentário
alienação de imóveis usados	4.200	Receita de Capital - Alienação de bens
royalties recebidos	2.100	Receita Corrente
depósitos de garantia de execução contratual recebidos	1.800	Ingresso Extraorçamentário
depreciação de bens	900	VPD - despesa ótica patrimonial
pagamento de folha de servidores do exercício	7.200	Despesa Corrente
amortização de empréstimos	5.500	Receita de Capital
emissão de títulos do Tesouro	3.400	Receita de Capital
fundo de participação dos estados (FPE)	1.300	Despesa Corrente
fundo de participação dos municípios (FPM)	1.500	Despesa Corrente
recebimento de juros de empréstimos	800	Receita Corrente
aquisição de computadores novos	1.000	Despesa de Capital - Investimentos
recebimento do imposto de renda	4.300	Receita Corrente
arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE-combustíveis)	3.400	Receita Corrente
pagamento da dívida externa do exercício	1.600	Despesa de Capital
pagamento de fornecedores de mobiliário	900	Fato Permutativo como vimos acima
integralização de capital social de empresa pública	2.000	Receita de Capital
recebimento de aluguéis de imóveis	2.500	Receita Corrente - Patrimonial
convênio com prefeituras para a construção de escolas municipais	800	Despesa de Capital - Transferência de Capital
pagamento de juros da dívida interna do exercício	800	Despesa Corrente

Dante destas considerações, vamos encontrar os itens da despesa realizada, segundo o aspecto orçamentário:

- Despesas de Capital
- aquisição de computadores novos 1.000
- convênio com prefeituras para a construção de escolas municipais 800 (transferência de Capital) 800
- Despesa Corrente
- FPE 1.300,00
- FPM 1.500,00
- Total Despesas = $1.000+1.300+1.500+800 = \text{R\$ } 4.600,00$.

Assim, vamos encontrar o valor dos ingressos extraorçamentários:

- Inscrição restos a pagar = $900+2.800$
- Despesas de Capital (50% foi inscrito em restos a pagar) = $1.800 \times 0,5$
- Despesas Correntes = $1.300+1.500$
- Caução = $1.800,00$
- Operação de Crédito por ARO (Lembrando que ela deve ser contratada e liquidada no mesmo exercício) = $3.500,00$
- Total Ingressos Extraorçamentários = $3.700+1.800+3.500 = \text{R\$ } 9.000,00$.

Gabarito: C.

31. Em janeiro de 2019, uma determinada entidade pública arrecadou receitas no valor de R\$ 763.500,00 com Valores Mobiliários e no valor de R\$ 1.340.000,00 com Exploração de Recursos Naturais. Assim, de acordo com o Ementário da Receita, as receitas arrecadadas em janeiro de 2019 devem ser classificadas quanto à origem, respectivamente, como

- Receita de Capital e Receita Corrente.
- Receita Corrente e Receita Corrente.
- Outras Receitas de Capital e Outras Receitas Correntes.
- Receita Patrimonial e Receita Agropecuária.
- Receita Patrimonial e Receita Patrimonial.

Resolução:

Analisando os itens:

a) Receita de Capital e Receita Corrente.

INCORRETO. São classificadas na categoria econômica - Receitas Correntes. Na origem - Patrimonial.

b) Receita Corrente e Receita Corrente.

INCORRETO. São classificadas na categoria econômica - Receitas Correntes. Na origem - Patrimonial.

c) Outras Receitas de Capital e Outras Receitas Correntes.

INCORRETO. Ambas são classificadas como receita patrimonial.

d) Receita Patrimonial e Receita Agropecuária.

INCORRETO. Ambas são classificadas como receita patrimonial.

e) Receita Patrimonial e Receita Patrimonial.

CORRETO. Vejamos o disposto no MCASP 8ª Edição:

3. Receita Patrimonial

2. Valores Mobiliários

4. Exploração de Recursos Naturais

Os Valores Mobiliários e a Exploração de Recursos Naturais são classificados na origem como **Receita Patrimonial**, que são oriundas da fruição do patrimônio público, conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Patrimonial

São receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.

Gabarito: E.

32. Acerca de receita pública, assinale a opção correta.



- a) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, serão objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- b) No lançamento da receita, devem ser verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora e deve ser realizada a compensação de créditos contra a fazenda pública.
- c) O princípio da unidade de caixa ou tesouraria admite a fragmentação da receita para criação de caixas especiais.
- d) Os servidores da fazenda pública têm direito a percentagem pela arrecadação de receita federal destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- e) As fases da receita, em ordem cronológica, são as seguintes: previsão, arrecadação, recolhimento e lançamento.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a)** Segundo a Lei n.º 4.320/1964, serão objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

CORRETO. Perfeito, item em consonância com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 52. São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

- b)** No lançamento da receita, devem ser verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora e deve ser realizada a compensação de créditos contra a fazenda pública.

INCORRETO. Item tachado em desacordo com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 53. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Art. 54. Não será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

- c)** O princípio da unidade de caixa ou tesouraria admite a fragmentação da receita para criação de caixas especiais.

INCORRETO. É vedada a fragmentação para criação de caixas especiais, conforme Lei 4320/64

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

- d)** Os servidores da fazenda pública têm direito a percentagem pela arrecadação de receita federal destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

INCORRETO. Não existe esta destinação na Lei.

- e)** As fases da receita, em ordem cronológica, são as seguintes: previsão, arrecadação, recolhimento e lançamento.

INCORRETO. É fundamental que **memorizem** os Estágios da Receitas, vejamos as definições:

RECEITA
- PREVISÃO: Quanto se está previsto arrecadar - ÚNICA FASE DE PLANEJAMENTO
Lançamento - O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta .
Arrecadação - É quando o devedor entrega o dinheiro no banco, basicamente.
Recolhimento - É o procedimento de transferência do valor arrecadado à conta específica do tesouro

A ordem cronológica dos estágios da receita é previsão, **lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Gabarito: A.



33. O estágio da execução da despesa no qual são identificados, em documento próprio, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, é o(a):

- a) fixação;
- b) licitação;
- c) empenho;
- d) liquidação;
- e) lançamento.

Resolução:

Vamos analisar as alternativas:

O estágio da execução da despesa no qual são identificados, em documento próprio, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, é o(a):

a) fixação;

Errado. A fixação da despesa ocorre na fase de planejamento do orçamento.

b) licitação;

Errado. Trata-se de um procedimento legal destinado à contratação de bens, obras e serviços públicos.

c) empenho;

Correto. Conforme os arts. 58 c/c 61, da Lei nº 4.320/64:

*Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado **obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição**.*

(...)

*Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "**nota de empenho**" que indicará **o nome do credor, a representação e a importância da despesa** bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. (grifamos)*

O documento próprio a que se refere o enunciado é a nota de empenho.

d) liquidação;

Errado. O conceito de liquidação está no art. 63, da Lei nº 4.320/64:

*Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do **direito adquirido** pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.*

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. (grifamos)

e) lançamento.

Errado. Lançamento é uma das fases da realização da receita pública. Segundo o MCASP as etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Importante! A etapa de previsão da receita está compreendida na fase do planejamento orçamentário e as demais etapas estão compreendidas na fase da execução da receita, quais sejam: lançamento, arrecadação e recolhimento, nessa ordem.

Gabarito: C.



34. A tabela a seguir apresenta informações que foram obtidas das demonstrações contábeis da Cia. Líquida e da Cia. Duvidosa publicadas em 31/12/2017:

Variável	Cia. Líquida	Cia. Duvidosa
Índice de liquidez corrente	2,0	1,5
Ativo não circulante	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00
Passivo não circulante	R\$ 500.000,00	R\$ 400.000,00
Total do Ativo	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10%	10%

Com base nessas informações, é correto afirmar que a Cia.

- a) Duvidosa apresentou maior passivo não circulante em 31/12/2017.
- b) Líquida apresentou maior passivo circulante em 31/12/2017.
- c) Duvidosa apresentou maior patrimônio líquido em 31/12/2017.
- d) Duvidosa apresentou um montante menor de recursos de terceiros.
- e) Líquida teve um lucro líquido em 2017 maior do que a Cia. Duvidosa.

Resolução:

Cia LÍQUIDA:

Total do Ativo - AnC = AC

$$2.400.000 - 600.000 = \mathbf{1.800.000 \text{ AC}}$$

Liquidez Corrente: Este quociente relaciona a quantidade de reais que a empresa dispõe, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo = AC/PC

$$2,0 = 1.800.000/\text{PC}$$

$$\mathbf{\text{PC} = 900.000}$$

Equação básica do patrimônio

$$A - P = PL$$

$$2.400.000 - 1.400.000 = \mathbf{1.000.000 \text{ PL}}$$

Retorno sobre PL (ROE): Quanto à empresa obtém de lucro % para cada \$1 de capital próprio investido, em média, no exercício.

$$\text{ROE} = LL/PL$$

$$10,0 = 1.000.000/LL$$

$$\mathbf{LL = 100.000}$$

Cia DUVIDOSA:

Total do Ativo - AnC = AC

$$2.400.000 - 600.000 = \mathbf{1.800.000 \text{ AC}}$$

Liquidez Corrente: Este quociente relaciona a quantidade de reais que a empresa dispõe, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo = AC/PC

$$1,5 = 1.800.000/\text{PC}$$

$$\mathbf{1.200.000 = PC}$$

Equação básica do patrimônio

$$A - P = PL$$

$$2.400.000 - 1.600.000 = \mathbf{800.000 \text{ PL}}$$

Retorno sobre PL (ROE): Quanto à empresa obtém de lucro % para cada \$1 de capital próprio investido, em média, no exercício.

$$\text{ROE} = \text{LL/PL}$$

$$10,0 = \text{LL}/800.000$$

$$\text{ROE} = 80.000$$

Alternativas:

- A) **ERRADO**. Já estava no balanço os valores. Cia líquida é maior no PnC.
- B) **ERRADO**. Cia líquida apresentou PC menor que a Cia duvidosa. $900 < 1.200$
- C) **ERRADO**. Cia líquida apresentou o maior PL. $1.000 > 800$
- D) **ERRADO**. Os recursos de terceiros é o passivo da empresa. Cia duvidosa apresentou o valor MAIOR.
- E) **CORRETO**. O LL da Cia duvidosa foi maior.

Gabarito: E.

35. A taxa de retorno sobre investimentos pode ser obtida por meio da multiplicação da Margem Líquida pelo Giro do Ativo. As empresas que ganham mais na margem normalmente ganham no preço. As empresas que ganham mais no giro visam quantidade. A rentabilidade de uma empresa é obtida por meio de uma boa conjugação entre Preço e Quantidade, ou seja, entre Margem (lucratividade) e giro (produtividade): Margem de Lucro x Giro do Ativo = TRI.

Para encontrar a TRI de uma empresa, é possível utilizar outra fórmula. Assinale a alternativa que produz o mesmo resultado referente a taxa de retorno sobre o investimento.

- a) Lucro Líquido / Ativo Total
- b) Capital de Terceiros /Patrimônio Líquido
- c) Lucro Líquido / Vendas Líquidas
- d) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido
- e) Patrimônio Líquido / Ativo Não Circulante

Resolução:

O **Retorno sobre o investimento ou sobre o ativo (ROI)** evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Vejamos:

Rentabilidade do ativo=Margem líquida × Giro do Ativo

Os índices que possibilitam chegar no ROI acima possuem a seguinte equação:

Margem Líquida=Lucro Líquido / Receita Líquida

Giro do Ativo=Receita Líquida / Ativo Total

Portanto, é possível evidenciar o **ROI** simplificado, **compensando o valor da Receita Líquida**, conforme a equação a seguir:

Rentabilidade do ativo=Lucro Líquido /Ativo total

Sendo assim, a fórmula que produz o mesmo resultado referente a taxa de retorno sobre o investimento está representada na **alternativa "A"**.

Gabarito: A.

36. Os dados abaixo referem-se ao Balanço Patrimonial em 31/12/T1 de 5 empresas:



Grupos de Contas	Empresas				
	Cia. Alemanha	Cia. Bélgica	Cia. Croácia	Cia. Dinamarca	Cia. Espanha
Ativo Total	650	800	650	480	600
Passivo Circulante	130	200	250	100	100
Passivo Não Circulante	120	100	100	20	300

Considerando que o Índice de Endividamento demonstra a participação de capitais de terceiros comparativamente ao capital próprio de uma entidade, assinale a alternativa com a sequência correta das empresas, listadas do maior para o menor Índice de Endividamento.

- a) Espanha, Alemanha, Bélgica, Croácia e Dinamarca.
- b) Croácia, Espanha, Alemanha, Bélgica e Dinamarca.
- c) Croácia, Bélgica, Dinamarca, Alemanha e Espanha.
- d) Dinamarca, Croácia, Bélgica, Alemanha e Espanha.
- e) Dinamarca, Alemanha, Bélgica, Espanha e Croácia.

Resolução:

Questão sobre índices de endividamento. A questão quer saber a ordem correta, listadas do maior para o menor, das companhias em função do índice de endividamento, que é a relação entre a participação de capitais de terceiros comparativamente ao capital próprio.

$$\text{Índice de Endividamento} = \text{PC} + \text{PNC}/\text{PL}$$

Dessa forma, vamos calcular cada índice e verificar a ordem certa:

	Cia. Alemanha	Cia. Bélgica	Cia. Croácia	Cia. Dinamarca	Cia. Espanha
Ativo Total					
Passivo Circulante	130	200	250	100	100
Passivo Não Circulante	120	100	100	20	300
PC + PNC	250	300	350	120	400
Patrimônio Líquido	400	500	300	360	200
Endividamento	0,625	0,6	1,166666667	0,333333333	2

Analizando os resultados obtidos, a ordem correta deverá ser: **Espanha, Croácia, Alemanha, Bélgica e Dinamarca.**

Contudo, a banca não apresentou alternativa que corrobore com os resultados acima. Por isso, entendo que essa questão deveria ser **anulada**.

Gabarito: B.

37. Uma empresa de médio porte que atua no segmento de produção de perfilados de alumínio tinha como hábito efetuar a negociação com seus fornecedores para pagamento das compras integralmente à vista. Recentemente, diante da oportunidade de adquirir um maior volume de estoques, a empresa conseguiu junto ao seu fornecedor principal a possibilidade de pagamento dessas compras em três parcelas mensais.

Sobre essa estratégia da empresa, assinale a alternativa que não apresenta uma vantagem para a mudança no prazo de pagamento.

- a) O parcelamento, se for realizado sem pagamento de juros, irá reduzir a dependência da empresa de financiar parte do seu capital de giro junto a instituições financeiras de crédito.
- b) A estratégia da empresa irá permitir a aquisição de um volume maior de estoques que, embora possam facilitar a produção dentro da empresa, podem gerar custos e problemas logísticos, além de aumentar o custo financeiro de sua manutenção.

- c) O alongamento do prazo de pagamento com os fornecedores irá proporcionar aos clientes um prazo maior de pagamento, oferecendo, assim, uma opção para que o cliente possa aumentar suas compras com a empresa.
- d) A estratégia pode aumentar consideravelmente o prazo de pagamento dos fornecedores e gerar um desequilíbrio no dinheiro em caixa da empresa, uma vez que os clientes têm como hábito efetuar pagamento à vista ou em duas vezes.

Resolução:

Veja as alternativas:

d) A estratégia pode aumentar consideravelmente o prazo de pagamento dos fornecedores e gerar um desequilíbrio no dinheiro em caixa da empresa, uma vez que os clientes têm como hábito efetuar pagamento à vista ou em duas vezes. ALTERNATIVA CORRETA.

Ao ampliar o prazo de pagamento aos fornecedores e gerar um passivo em decorrência da operação, a empresa aumenta seu risco operacional, por embutir financiamentos externos à entidade e aumentar a quantidade de capital de terceiros em relação ao total de suas fontes de capital.

A segunda parte da questão (que diz que "clientes têm como hábito efetuar pagamento à vista ou em duas vezes") não pode ser extraída do contexto da assertiva. De qualquer forma, a decorrência direta disso é que, parcelando suas compras, a empresa irá desajustar seu fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos e aumentará a imprevisibilidade intrínseca. Essa é uma desvantagem, de fato, para a empresa, de modo que podemos concluir-la como resposta da questão.

a) O parcelamento, se for realizado sem pagamento de juros, irá reduzir a dependência da empresa de financiar parte do seu capital de giro junto a instituições financeiras de crédito. ALTERNATIVA ERRADA. De fato, ao se financiar por meio de compras a prazo sem pagamento de juros, a empresa não precisará de fontes externas de financiamento para financiar suas atividades operacionais. Além disso, pelo fato de tal operação se dar sem encargos, o valor pago ao final será menor do que se a empresa tivesse contratado um empréstimo com juros, por exemplo. A empresa se beneficiaria, portanto, de tal operação.

b) A estratégia da empresa irá permitir a aquisição de um volume maior de estoques que, embora possam facilitar a produção dentro da empresa, podem gerar custos e problemas logísticos, além de aumentar o custo financeiro de sua manutenção. ALTERNATIVA ERRADA. Exatamente. Quando a empresa adquire uma quantidade maior de estoques, ela necessitará de espaços maiores para o armazenamento e seus custos de controle e manutenção irão aumentar. Ou seja, apesar de baratear o valor das aquisições por serem em maior quantidade, a empresa poderá ter custos adicionais e outros problemas logísticos.

c) O alongamento do prazo de pagamento com os fornecedores irá proporcionar aos clientes um prazo maior de pagamento, oferecendo, assim, uma opção para que o cliente possa aumentar suas compras com a empresa. ALTERNATIVA ERRADA. Essa assertiva apresenta uma vantagem para a empresa, uma vez que, ao ampliar o prazo de pagamento aos fornecedores, a empresa poderá conceder condições de pagamento e aquisição melhores a seus clientes. Essa ampliação irá ter influência direta no ciclo financeiro da empresa, que faz um paralelo entre o giro dos estoques, o recebimento de vendas em relação aos pagamentos aos fornecedores de mercadorias.

Gabarito: D.

38. As demonstrações contábeis de determinada empresa de Economia mista do exercício de 2016 foram auditadas pela firma de auditoria Pontual & Associados. No que tange a auditoria independente, segundo a NBC TA 200,

- a) as demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.



- b) o objetivo é recomendar à alta Administração soluções para as irregularidades ou impropriedades detectadas durante os trabalhos de auditoria.
- c) para expressar uma opinião exige-se que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis foram avaliadas pelo controle interno da entidade.
- d) o objetivo é auxiliar a Administração da entidade no cumprimento de suas metas e objetivos operacionais.
- e) a administração da entidade utiliza-se de informações obtidas mediante evidências de auditoria registradas nos papeis de trabalho, para o aperfeiçoamento da gestão e dos controles internos.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais de auditoria, segundo a NBC TA 200 (R1). Analisando cada alternativa:

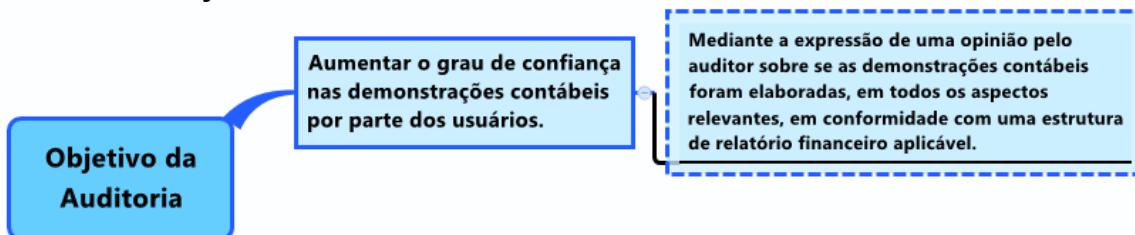
- a) as demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. **Alternativa correta.** De fato as demonstrações, que serão auditadas por auditores independentes, são entidade. Veja:

4. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. As NBCs TA não impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e não se sobrepõe às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades. Contudo, a auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria. A auditoria das demonstrações contábeis não exime dessas responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança (ver itens A2 a A11). [grifo nosso]

- b) o objetivo é recomendar à alta Administração soluções para as irregularidades ou impropriedades detectadas durante os trabalhos de auditoria. **Alternativa errada.** Esse é um dos objetivos da auditoria interna. O objetivo da auditoria independente é outro. Veja:

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. [...] [grifo nosso]

Esse, **certamente**, é um dos dispositivos que mais aparece em provas. Segue mapa mental para ajudá-los na memorização.



- c) para expressar uma opinião exige-se que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis foram avaliadas pelo controle interno da entidade. **Alternativa errada.** A segurança razoável mencionada na referida norma não tem correlação com os controles internos. Veja:

5. Como base para a opinião do auditor, as NBCs TA exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Asseguração razoável é um nível elevado de segurança. Esse nível é conseguido quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria (isto é,

o risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante). Contudo, asseguração razoável não é um nível absoluto de segurança porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião, é persuasiva e não conclusiva (ver itens A28 a A52).[grifo nosso]

d) o objetivo é auxiliar a Administração da entidade no cumprimento de suas metas e objetivos operacionais. **Alternativa errada.** Esse é um dos objetivos da auditoria interna. Ver explicação da alternativa "b".

e) a administração da entidade utiliza-se de informações obtidas mediante evidências de auditoria registradas nos papéis de trabalho, para o aperfeiçoamento da gestão e dos controles internos. **Alternativa errada.** A administração pode até fazer uso de algumas informações registradas nos papéis de trabalho, com intuito de aperfeiçoar sua gestão e controles internos, mas esses papéis pertencem ao auditor e, via de regra, não são encaminhados à administração.

Gabarito: A.

39. Antes de iniciar a etapa de planejamento de determinada auditoria, o auditor deve

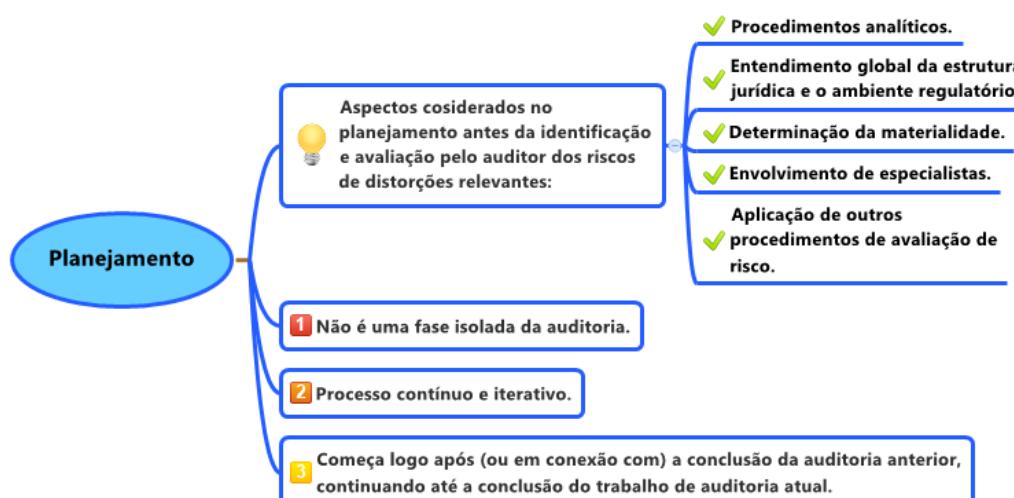
- a) definir o envolvimento de especialistas.
- b) estabelecer o entendimento dos termos do trabalho.
- c) definir os procedimentos analíticos a serem aplicados.
- d) obter entendimento global da entidade a ser auditada.
- e) determinar a materialidade do objeto de auditoria.

Resolução:

Questão aborda um dos aspectos que deve ser considerado antes de iniciar a etapa de planejamento da auditoria. Segundo a NBC TA 300(R1):

A2. Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual. Entretanto, o planejamento inclui a consideração da época de certas atividades e procedimentos de auditoria que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais de auditoria. Por exemplo, o planejamento inclui a necessidade de considerar, antes da identificação e avaliação pelo auditor dos riscos de distorções relevantes, **aspectos como:**

- (a) os procedimentos analíticos a serem aplicados como procedimentos de avaliação de risco;
- (b) obtenção de entendimento global da estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicável à entidade e como a entidade cumpre com os requerimentos dessa estrutura;
- (c) a determinação da materialidade;
- (d) o envolvimento de especialistas;
- (e) a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.



Todas as informações acima devem ser observadas no planejamento propriamente dito.

Agora, vamos ao comando da questão. Ela restringe às atividades antecedentes ao planejamento (atividades preliminares). Nesse contexto, a norma supracitada trata o tema da seguinte forma:

Atividades preliminares do trabalho de auditoria

6. O auditor deve realizar as seguintes atividades no início do trabalho de auditoria corrente:

(a) realizar os procedimentos exigidos pela NBC TA 220 – Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis, itens 12 e 13;

(b) avaliação da conformidade com os requisitos éticos, inclusive independência, conforme exigido pela NBC TA 220, itens 9 a 11; e

(c) **estabelecimento do entendimento dos termos do trabalho**, conforme exigido pela NBC TA 210 – Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, itens 9 a 13 (ver itens A5 a A7).

Cabe ressaltar que termos de trabalho são as condições prévias a um trabalho de auditoria, que correspondem ao uso pela administração de uma estrutura de relatório financeiro aceitável na elaboração das demonstrações contábeis e a concordância da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança em relação ao pressuposto em que a auditoria é conduzida.

Gabarito: B.

40. Considerando os procedimentos de auditoria contábil a serem aplicados por um Auditor Fiscal de ICMS, podem-se mencionar alguns exemplos de testes e situações de fraudes fiscais encontradas em que se evidenciam a Superavaliação ou Subavaliação de contas do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial:

I. Detecção de créditos nas contas do Ativo Disponível que diminuem também as Contas de Passivo (por exemplo: Créditos em Bancos/Caixa contra Empréstimos – no caso de pagamento/quitação de empréstimos devidamente comprovados documentalmente).

II. Detecção de créditos a menor nas contas do Ativo Disponível que deixam seu saldo maior e que diminuem indevidamente as Contas de Despesas (por exemplo: Débitos a menor em Despesas contra Bancos/Caixa – no caso de Despesas serem contabilizadas por um valor menor do que o valor efetivo da transação).

III. Detecção de débitos irregulares nas contas do Ativo Disponível que aumentam também indevidamente as Contas de Passivo (por exemplo: Débitos em Bancos/Caixa contra Empréstimos – no caso de Empréstimos simulados que não existiram à época ou que não existem).

IV. Detecção de créditos irregulares nas contas do Ativo Disponível que diminuem também indevidamente as Contas de Receitas (por exemplo: Créditos em Bancos/Caixa contra Receitas – no caso de simulação de cancelamento ou de devolução de vendas, de mercadorias que foram efetivamente entregues e recebidas).

Evidenciam superavaliação ou subavaliação do ativo disponível os exemplos citados APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

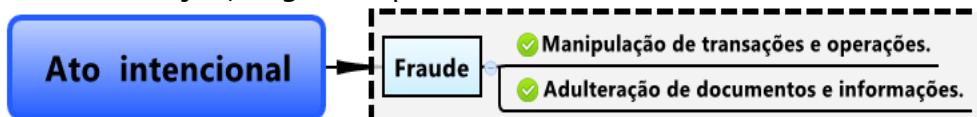
Resolução:

Segundo a NBC TA 240 (R1), "Fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal". Informações contábeis fraudulentas podem decorrer do seguinte:



- Manipulação, falsificação (inclusive de assinatura) ou alteração de registros contábeis ou documentos comprobatórios que serviram de base à elaboração de demonstrações contábeis.
- Mentira ou omissão intencional nas demonstrações contábeis de eventos, operações ou outras informações significativas.
- Aplicação incorreta intencional dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação.

Para ajudá-los a memorização, segue mapa mental:



Analizando os itens da questão, percebe-se claramente que, à exceção do item "I" (não há nada de irregular, pois houve pagamento/quitação de empréstimos devidamente comprovados documentalmente), os demais – II, III e IV – são exemplos de atos intencionais que terão como consequência a subavaliação ou superavaliação das contas do Disponível.

Gabarito: E.

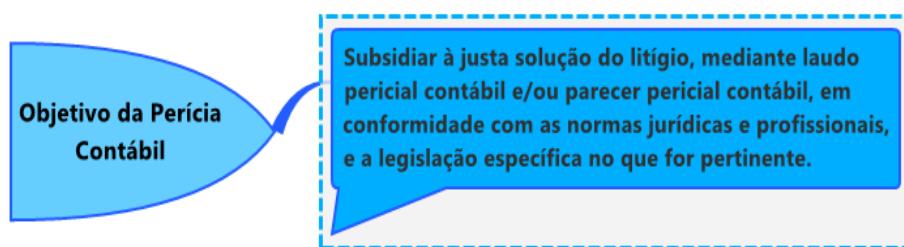
41. João, contador em situação regular no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, emitiu, após ter sido intimado pelo Poder Judiciário, laudo e parecer técnico-contábil para subsidiar a solução de um litígio.

Nesse caso, João realizou atividade de

- auditória independente.
- auditória interna.
- auditória operacional.
- consultoria financeira.
- perícia contábil.

Resolução:

A questão, na sua essência, trata das diferenças entre auditória interna, externa e perícia contábil. Aqui, você deve ficar atento às palavras: "Poder Judiciário" e "solução de um litígio". Veja o mapa mental a seguir:



Portanto, alternativa correta é E.

Comentário das demais alternativas:

- a) auditória independente: "o objetivo da auditória é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável". [NBC TA 200(R1)]
- b) auditória interna: têm caráter precípua de prevenção, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. [NBC TI 01]
- c) auditória operacional: "consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração

pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial". [IN CGU nº 01/2001]

d) consultoria financeira: presta serviços financeiros aos clientes com base em sua situação financeira.

Gabarito: E.

42. Em relação a NBC TP 01 – Perícia Contábil, é a etapa do trabalho pericial que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito do juízo estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborando-o a partir do conhecimento do objeto da perícia.

- a) Controle.
- b) Planejamento.
- c) Aferição.
- d) Execução.
- e) Cronograma.

Resolução:

Questão exige do candidato o conhecimento acerca da NBC TP 01, que dispõe sobre a Perícia Contábil.

Segundo a referida norma, o planejamento da perícia é:

O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito estabelece os procedimentos gerais dos exames a serem executados no âmbito judicial, extrajudicial para o qual foi nomeado, indicado ou contratado, elaborando-o a partir do exame do objeto da perícia

Perceba que o comando da questão trouxe o que consta na NBC TP 01.

Adicionalmente, nesse momento, é oportuno lembrarmos alguns objetivos do planejamento da perícia:

- Conhecer o objeto da perícia;
- Definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem realizados;
- Estabelecer condições para o cumprimento do trabalho no prazo estabelecido;
- Identificar potenciais problemas e riscos;
- Identificar a legislação aplicável;
- Dentre outros...

Portanto, a alternativa B é, de fato, o gabarito da questão.

No entanto, vamos analisar as demais alternativas.

a) Controle.

INCORRETO. A alternativa erra ao tentar associar o controle à definição de planejamento. Na verdade, o controle pode ser entendido como uma das funções administrativas. Em suma, a função de controlar consiste em averiguar se as atividades efetivamente realizadas estão de acordo com as atividades planejadas.

Sendo assim, observamos que a alternativa está incorreta, visto que não traz um conceito em linha com o disposto no comando da questão.



b) Planejamento.

CORRETO. Conforme explicamos anteriormente, é a alternativa correta e, por isso, o gabarito da questão.

c) Aferição.

INCORRETO. A alternativa erra ao tentar associar a aferição à definição de planejamento. Na verdade, o ato de aferir refere-se a comparar algo ou medi-lo. Sendo assim, observamos que a alternativa está incorreta, visto que não traz um conceito em linha com o disposto no comando da questão.

d) Execução.

INCORRETO. A execução da perícia está relacionada à aplicação e realização dos procedimentos propriamente ditos para avaliação do objeto e fundamentação de suas conclusões. Sendo assim, a alternativa está incorreta, pois não se trata do trabalho que **antecede** as diligências, pesquisas, cálculos e respostas e sim da própria aplicação destes procedimentos.

e) Cronograma.

INCORRETO. O cronograma é um artefato que auxilia no planejamento, visto que, segundo a NBC TP 01:

No cronograma de trabalho, devem ficar evidenciados, quando aplicável, todos os itens necessários à execução da perícia, tais como: diligências a serem realizadas, deslocamentos, necessidade de trabalho de terceiros, pesquisas que serão feitas, elaboração de cálculos e planilhas, respostas aos quesitos, prazo para entrega do laudo, para assegurar que todas as etapas necessárias à realização da perícia sejam cumpridas.

Sendo assim, observamos que o cronograma é uma ferramenta utilizada durante o planejamento dos trabalhos. No entanto, não obedece ao comando da questão por não ser uma etapa do trabalho e sim um artefato / ferramenta que pode ser utilizado. Portanto, a alternativa está incorreta.

Diante de tudo o que foi exposto, concluímos que a alternativa que melhor responde a questão é a letra B e, por isso, é o gabarito.

Gabarito: B.

43. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Segundo a norma brasileira de Contabilidade NBC TP 01 vigente, o arbitramento é:

- O ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
- A determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
- A diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- O ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
- O ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

Resolução:

Questão bastante recorrente em provas de concursos públicos. Trata-se dos procedimentos adotados pelo perito - **arbitramento**. Segundo a NBC TP 01, os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Veja:



Em relação às demais alternativas:

- a) O ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas. **Procedimento de avaliação.**
- c) A diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial. **Procedimento de vistoria.**
- d) O ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações. **Procedimento de mensuração.**
- e) O ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito. **Procedimento de certificação.**

Gabarito: B.

44. De acordo com o Código de Ética do Profissional Contábil, desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade, exceto:

- a) concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção.
- b) assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem, mesmo sob sua supervisão.
- c) exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.
- d) manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente.

Resolução:

A questão solicita o que NÃO é vedado ao profissional da Contabilidade, de acordo com o Código de Ética do Profissional Contábil. A Norma traz diversos deveres, vedações e permissibilidades. Analisando as alternativas, temos:

- a) concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção.**

ERRADO. Como a questão solicita o que não é vedado, esta alternativa está incorreta, pois concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la é uma **vedaçāo** ao profissional de Contabilidade. Observe que o novo Código de Ética, que entrou em vigor em 1º de junho de 2019, não traz explicitamente a vedação da prática de crime ou contravenção no exercício da profissão, porém a proibição de exercer ou ligar seu nome a atividade ilícita permanece.

b) assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, mesmo sob sua supervisão.

CERTO. Este é nosso gabarito. O Código de Ética veda que o contador assine documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem **alheio à sua orientação, supervisão ou revisão**. Não há vedação caso o profissional da Contabilidade o supervise.

c) exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.

ERRADO. O item 5, "d" e "e" determina que é **vedado** ao contador exercer a profissão, quando impedido e facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos.

d) manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente.

ERRADO. A redação do antigo Código de Ética determinava, no art. 3º, VI, que:

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

...

VI - manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;

O novo Código de Ética, porém, não traz esse inciso. Ainda assim, tal situação não seria permitida, pois a norma determina que explorar serviços contábeis sem registro regular em Conselho Regional de Contabilidade não é permitido, conforme o item 5, f:

5. *No desempenho de suas funções, é vedado ao contador:*

...

(f) explorar serviços contábeis, por si ou em organização contábil, sem registro regular em Conselho Regional de Contabilidade; (grifei)

Gabarito: B.

45. O Art. 9º do Código de Ética do Profissional Contábil dispõe: "A conduta do Contabilista com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe." Nesse mesmo sentido afirma: " _____, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou conivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão". Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) O conluio
- b) O companheirismo
- c) A amizade
- d) O espírito de solidariedade

Resolução:

A questão é baseada no Código de Ética firmado pela Resolução CFC 803/96, que foi recentemente revogada, porém o conteúdo do enunciado não foi modificado. O que antigamente se encontrava no parágrafo único do art. 9º da Resolução, hoje está na NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador.

Conforme a Norma, a conduta do contador com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe. No item 17, temos que:



17. O **espírito de solidariedade**, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação, ou a conivência com erro ou com atos infringentes de normas técnicas, éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

Gabarito: D.

46. Um registro de débito na contabilidade de uma empresa tem o efeito de

- a) aumentar os ativos e reduzir os passivos.
- b) aumentar tanto os ativos como os passivos.
- c) reduzir tanto os ativos como os passivos.
- d) neutralidade: não altera nem os ativos nem os passivos.
- e) reduzir os ativos e aumentar os passivos.

Resolução:

Questão sobre as contas contábeis. Ao se lançar uma conta, temos que saber a "natureza" dessa conta, isto é: se esta conta aumenta com o débito ou se aumenta com o crédito

Chamamos de **contas devedoras** aquelas que aumentam com o **débito**, e **contas credoras** aquelas que aumentam com o **crédito**. Contudo, **não devemos confundir** "débito" e "crédito" com o sentido utilizado no cotidiano ou na seara jurídica. "débito" e "crédito" são apenas **convenções usadas na contabilidade** para que seja possível realizar o lançamento.

Podemos definir o seguinte:

Contas Devedoras (aumentam com o débito e reduzem com o crédito)	Contas Credoras (aumentam com o crédito e reduzem com o débito)
Ativo	Passivo
Despesa (*)	Patrimônio Líquido
Retificadoras do Passivo	Receita (*)
Retificadoras do Patrimônio Líquido	Retificadoras do Ativo

(*) **Receita** e **Despesa** são **contas de resultado**, dessa forma, elas são **contas unilaterais**: recebem somente lançamento referentes a sua natureza e são encerradas no final do exercício.

Portanto, podemos afirmar que registro de **débito** na contabilidade de uma empresa tem o efeito de **aumentar os ativos e reduzir os passivos**.

Gabarito: A.

47. A respeito das contas de receitas e despesas, assinale a opção correta.

- a) As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.
- b) As contas de receitas e despesas, denominadas contas patrimoniais, são encerradas no final do período para a apuração do resultado.
- c) Despesa corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber.
- d) Receitas representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes.
- e) As contas de despesas são de natureza credora, e as contas de receita são de natureza devedora.

Resolução:

- a) **As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.**



CERTO: Essa assertiva trouxe todas as principais características das Receitas e Despesas. Inclui somente mais uma característica que geralmente é cobrada em prova: as contas de resultado são **contas unilaterais**, isto é: somente recebem lançamento de uma natureza, seja, débito, seja crédito.

b) As contas de receitas e despesas, denominadas **contas patrimoniais, são encerradas no final do período para a apuração do resultado.**

ERRADO: As receitas e despesas são consideradas contas de resultado, e não patrimoniais como afirma a alternativa.

c) **Despesa corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber.**

ERRADO: Na verdade é a receita que corresponde à entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber

d) **Receitas representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes.**

ERRADO: Por ocasião do reconhecimento de um passivo é que haverá despesa, e não receita, tal como um aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes, entre outros.

e) As contas de despesas são de **natureza credora, e as contas de receita são de **natureza devedora**.**

ERRADO: essa alternativa inverteu: as receitas têm natureza credora, já as despesas possuem natureza devedora.

Gabarito: A.

48. A reorganização societária é uma realidade presente no mundo empresarial por diversos motivos, dentre os quais podem ser citados: a otimização de recursos, a redução legal de carga tributária e a busca de sinergias. A operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações é denominada:

- a) Cisão.
- b) Fusão.
- c) Reconvenção.
- d) Incorporação.

Resolução:

A operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações é denominada **Incorporação**, com base no Art. 227, *caput*, da Lei 6.404/76. As outras operações societárias são **Transformação, Cisão e Fusão**. **Reconvenção** não é uma operação societária, mas sim uma ação judicial.

"Art. 220. A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro".

"Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações".

"Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações".

"Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão".

Gabarito: D.



49. Determinada mercadoria tem seu preço à vista fixado em R\$ 1.000,00, mas pode ser adquirida da seguinte forma: entrada correspondente a 40% do preço à vista e mais um pagamento no valor de R\$ 612,00 para 30 dias após a compra. Calcule a taxa mensal de juros simples cobrada pela loja na venda a prazo.

- a) 1,5%.
- b) 1,62%.
- c) 1,80%.
- d) 2,0%.
- e) 2,2%.

Resolução:

No regime de juros simples, os juros J gerados por um capital C , a uma taxa de juros i e durante um período de tempo t , são dados por

$$J = C \times i \times t$$

Se na compra parcelada há uma entrada de 40% do seu valor, que é de R\$ 1.000,00, então a entrada é igual a

$$0,4 \times 1.000 = 400$$

Portanto, restarão R\$ 600,00 para serem pagos. Como esses R\$ 600,00 serão iguais R\$ 612,00 em 30 dias (1 mês), então os juros gerados serão de R\$ 12,00. Assim, basta aplicarmos a fórmula acima para encontrarmos a taxa i de juros:

$$12 = 600 \times i \times 1$$

$$i = 12 / 600$$

$$i = 0,02 = 2\%$$

Gabarito: D.

50. TEXTO I

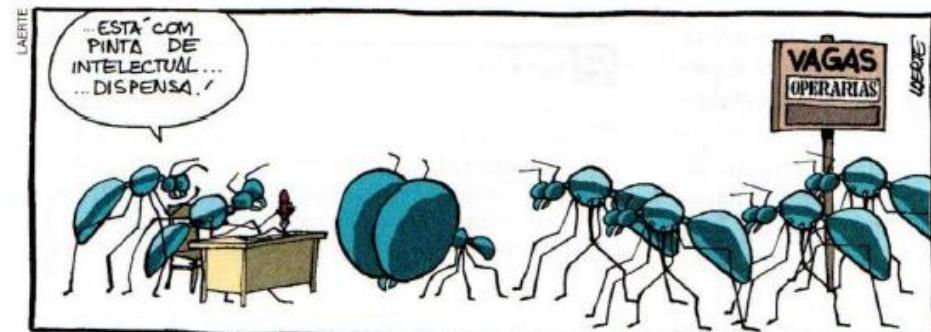
Um dos estudantes levantou a mão. Embora compreendesse perfeitamente que não se podia permitir que pessoas de casta inferior desperdiçassem o tempo da Comunidade com livros e que havia sempre o perigo de lerem coisas que provocassem o indesejável descondicionamento de algum dos seus reflexos... enfim, ele não conseguia entender o referente às flores. Por que se dar ao trabalho de tornar psicologicamente impossível aos Deltas o amor às flores?

[...]

– As flores do campo e as paisagens, advertiu, têm um grave-defeito: são gratuitas. O amor à natureza não estimula a atividade de nenhuma fábrica. Decidiu-se que era preciso aboli-lo, pelo menos nas classes baixas; abolir o amor à natureza [...]

(HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo, p. 22, 1946.)

TEXTO II



Tira de Laerte,
em *Classificados*,
Livro 3. São Paulo:
Devir, 2004. p. 29.
Seria essa formiga
uma "intelectual
orgânica"
gramsciana?

A partir de uma comparação entre os textos I e II, e considerando-se uma possível reflexão advinda do texto I acerca de um comportamento social, depreende-se que o texto II constitui

- a) uma referência a um fato atual de forma acrítica.
- b) uma demonstração da necessidade de que o perfil profissional prevaleça.
- c) crítica a todo tipo de atitude preconceituosa existente na sociedade atual.
- d) crítica ao desmerecimento de determinados valores, em situações específicas.

Resolução:

No texto I, a passagem "As flores do campo e as paisagens, advertiu, têm um grave-defeito: são gratuitas", a palavra "defeito" apresenta tom de crítica a uma característica das flores do campo e das paisagens: o fato de serem "gratuitas".

O tom crítico também é observado no texto II. Ao deixar transparecer seu ar de "intelectual", a formiga foi dispensada, evidenciando o demérito de ser uma formiga estudiosa, que poderia, por conseguinte, futuramente ocupar o cargo de chefia.

Logo, eis a resposta: opção (D).

Nas demais opções:

- a) a parcela verbal da charge, combinada com a não verbal, revela um discurso crítico quanto à intelectualidade da formiga.
- b) ao dispensar a formiga intelectual, o recrutador inverteu os valores, tratando com demérito o possível operário que tinha maior grau de estudo.
- c) não há uma crítica a todo tipo de preconceito, afirmação esta que extrapola as ideias do texto.

Gabarito: D.